

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às nove horas, no SEP 516 Bloco C Asa Norte, Brasília, DF, ocorreu a 26ª Reunião Extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: **1.** Ordem do dia: **a)** aprovação das atas da 21ª Reunião Ordinária e da 23ª Reunião Extraordinária do CRH-DF; **b)** Crise Hídrica; e **2)** Informes. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA). RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB), ALINE REZENDE PEIXOTO (IBAMA), MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO (IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO (EMBRAPA); GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (SRDF), ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA), TEREZINHA LIMA (ÚNICA), DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA), WILIAM MARCELINO COELHO (CBH/MA); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANÓÁ), LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB) e REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Fórum de ONGs); MARIA SILVIA ROSSI (SEMA); TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA (SEMA); ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JOSÉ VOLTAIRE PEIZOTO (SEAGRI); RICARDO RODRIGUES NOVAES (SINESP); GUTEMBERG UCHÔA DE ARAÚJO JUNIOR (FECOMERCIO). Os demais Conselheiros (as) não justificaram suas ausências. Participaram como convidados: Diogo da Matta Garcia (CÂMARA LEGISLATIVA/DF), Cel. Rogério Miranda (PMDF), Mara Moscoso (SEMA), Fernando Lima Carvalho Dantas (OAB/DF), Luis Fábio C. Mesquita (IBRAM), Juliana Pinto (SEMA), Juliano Nardes (OAB/DF), Marta Eliana de Oliveira (MPDFT), Claudio Ribas (CASA MILITAR), Francisco De Assis Diniz (INMET), Tânia Paula Santana (CÂMARA LEGISLATIVA/DF), Claudia Nascimento (SEMA), Erica Yoshida de Freitas (ADASA), Cirlania Mota Alexandrino (ADASA); José Roberto Furquim da Silva (CRDRS) e Adriane Furlan A. Ferreira (UnB). O **presidente** ANDRÉ deu por aberta a 26ª Reunião Extraordinária do CRH-DF e a iniciou com o **item 1a da pauta**. Suspendeu a aprovação das Atas da 21ª e da 23ª Reunião Extraordinária do CRH-DF. O pedido do presidente foi aceito pelos conselheiros. Procedeu-se o **item 1b da pauta**: crise hídrica. Ressaltou que as principais armas para o enfrentamento responsável de qualquer situação crítica é a informação qualificada, a transparência e o compartilhamento de informações. Passou a palavra para **Juliano Nardes da OAB/DF**, que agradeceu a presença de todos e disse que a ideia é a de aproximar ao máximo a população dos problemas enfrentados no dia a dia relacionados às questões de meio ambiente. O **presidente** ANDRÉ agradeceu a presença da Senhora Marta Eliana do MPDFT. Informou que seria distribuído um Kit com uma Revista do ZEE e o Mapa Hidrográfico atualizado do DF, aprovado pelo CRH/DF. Deu por aberta a rodada de apresentações e começou ressaltando que nas reuniões anteriores foram feitos vários alertas em relação à perspectiva de que, no ano de 2017, na ocorrência de menos chuva que a média histórica, chegaríamos a uma situação bastante crítica nos reservatórios, principalmente em relação ao reservatório do Rio Descoberto. Ilustrou e fundamentou a decisão da própria ADASA, na Resolução nº 13, para que o estado de alerta fosse de 30% para 40% do nível d'água dos reservatórios. Lembrou que em reuniões anteriores houve uma série de recomendações, das

quais, o apoio do CRH para que se formalizasse uma parceria entre a Polícia Militar e a ADASA e que ela possa ser incorporada no processo de fiscalização referente à questão de recursos hídricos. As recomendações do Fórum das ONGs, principalmente a necessidade de recursos relacionados ao uso de tecnologias de reuso de água, a necessidade de investir nas áreas de proteção de mananciais, no contexto do PDOT e do ZEE. Fornecer informações qualificadas à sociedade, com dados sobre o consumo por atividade, por região, visando identificar onde está o uso de água. Lembrou que houve uma recomendação que foi encaminhada à ADASA, que demandasse da CAESB uma apresentação de um plano estratégico de enfrentamento da crise para os anos de 2017 e 2018, com a definição de prazos, metas, custos e fontes. Foi proposto pela recomendação que a ADASA regulamente definitivamente a questão do reuso de água (águas cinzas e águas pluviais), já existe lei para isso, mais esta precisa ser regulamentada. Também lembrou que foi debatida e apresentada uma recomendação de que fosse reavaliada a questão da tarifação de contingência para que se possa cobrar mais de quem consome muito acima do consumo médio aceitável, pois o plano é justamente atacar os maiores consumidores. Ressaltou que houve uma recomendação de que ocorra um controle maior e uma transparência absoluta no uso dos recursos das tarifas de contingência. Disse ainda que houve uma recomendação para o governo, para que este faça uma campanha forte de mídia, sobre as queimadas no cerrado e a realização de uma oficina para imprensa, qualificando as informações. Lembrou que pela recomendação do CRH foi sugerida a criação de uma instância, uma agenda permanente, para uma alta direção de governo, formada pelos secretários de estado e dirigentes de vinculadas e estatais, para debater, quase que semanalmente, para que ocorra uma ação coordenada, com ações de contingência e outras estruturantes, como desdobramento das ações do CRH. O **presidente ANDRÉ** passou a palavra para **Sérgio Sampaio/CASA CIVIL**, que agradeceu à presença de todos e afirmou que é necessário um debate direto com a sociedade em relação ao uso irregular do solo. Nós já imaginávamos que a ocupação desenfreada do solo fosse, um dia, produzir danos bastante sensíveis à nossa sociedade. Disse ainda que as pessoas tendem a enxergar as situações em seu caráter imediato e, apesar do governo estar preocupado com a situação, um extremo desgaste político é gerado por conta de campanhas negativas e abordagens que mostram certa insensibilidade do governo. Informou que em breve vai ser apresentado à sociedade civil um plano integrado de enfrentamento da crise hídrica no Distrito Federal. Não queremos falsear a situação e sabemos que ela será muito séria. Estamos nos preparando para isso. Nós priorizamos essa questão da crise hídrica. O Governo determinou a diminuição do consumo de água nos prédios públicos ocupados pelo governo, com a meta atingida de redução de 10% do consumo. Colocou-se à disposição para responder quaisquer perguntas e agradeceu à atenção de todos. O **presidente ANDRÉ** convidou Cláudio Ribas/Casa Militar e a conselheira Jane Villas Bôas/IBRAM para integrarem-se à mesa de apresentações. **Sérgio Bezerra/Defesa Civil** cumprimentou a todos e todas e começou sua apresentação proclamando que as principais atribuições da Secretaria de Estado da Defesa Civil são as ações preventivas de socorro e assistenciais destinadas a evitar um desastre ou minimizar os efeitos de um desastre. Disse ainda que o foco da secretaria é o monitoramento. Mostrou um mapa exemplificativo de todas as bacias hidrográficas que compõem o Distrito Federal, em seguida um gráfico destacando o volume útil, em porcentagem, do Lago Descoberto, de 2017 em relação aos anos anteriores. Expôs um gráfico que representa o monitoramento mensal de chuvas do ano de 2016 e dos primeiros meses de 2017, de caráter comparativo. Além de ilustrações da real situação das barragens de Santa Maria e do Descoberto, apresentou também as consequências da falta d'água, dentre elas algumas doenças e ações de ajuda humanitária. Disse que estão sendo feitas ações de fiscalização, redução de consumo de prédios públicos, plano de comunicação social para evitar o racionamento de água no Distrito Federal. Há um plano de contingência para o cenário pessimista, para fornecimento de água para escolas, hospitais e presídios. Finalizou sua

apresentação afirmando que o armazenamento de água é uma das soluções para o enfrentamento da crise hídrica. O senhor **Francisco Diniz/INMET** ressaltou que a alta variabilidade climática influencia diretamente na alteração das estações do ano, acentuando o período de estiagem, causando a intensa evaporação da água. Apresentou a climatologia do Distrito Federal ao longo do ano, dando ênfase no período que compreende os meses de setembro e outubro, considerados os mais quentes do ano. Chegou à conclusão, baseado nos gráficos apresentados, que a evaporação aumentou mais em 2016 em relação a 2015. O conselheiro **Maurício Luduvic/CAESB** iniciou fazendo uma apresentação sobre os níveis de água nos reservatórios. Estamos enfrentando um desafio com o fechamento de inúmeras válvulas com consequências para a rede. O reestabelecimento das redes com água é muito mais difícil. Estamos fazendo ações estruturantes na empresa e investimentos para enfrentamento da crise hídrica. Citou alguns exemplos de investimentos e ações. Estamos enfrentando também as perdas na rede, como exemplo citou a rede renovada do Lago Norte. Licitamos as obras do Bananal e que estão em andamento desde novembro do ano passado. Citou a captação emergencial do Lago Paranoá, que logo deverá ser implantada. Se forem feitas as obras do Bananal, do lago Paranoá (não emergencial), do Corumbá e demais, teremos água para abastecimento até o ano de 2050. Estamos aplicando a redução de pressão e o rodízio. O senhor **presidente ANDRÉ** agradeceu a apresentação e passou a palavra para **José Voltaire Peixoto/EMATER**, que apresentou um plano de ação para a bacia hidrográfica do Alto do Rio Descoberto e medidas na área rural. Temos que revigorar a bacia do Rio Descoberto, para que ele volte a produzir mais água. Há um conjunto de debates em torno disso. Devemos evitar que as áreas com características rurais se tornem áreas com características urbanas, agravando o problema. **aqui** O Secretário **Guilherme/SEAGRI** lembrou que os produtores rurais da região do Descoberto já estão passando por um processo de racionamento desde agosto do ano passado. Tem uma área rural do lado do Goiás, que não temos gestão, por isso é preciso trabalhar em parceria com eles. No Descoberto temos 40% da produção de hortaliças e frutas do DF. Disse que tem que aumentar a produção de água na bacia do descoberto. A maioria das propriedades com irrigação por aspersão e pouco por gotejamento e micro aspersão. Já iniciamos a implantação de 22 Km de canais, evitando assim, a perda de água por infiltração que ocorrem atualmente nos canais existentes. Precisamos fazer a recuperação das vias vicinais para aumentar a infiltração das águas diminuindo os processos erosivos. Tem que continuar combatendo o uso e ocupação irregular dos solos. O **presidente ANDRÉ** passou a palavra à conselheira **Jane/IBRAM**, que cumprimentou a todos os presentes e se restringiu a dizer que já vem trabalhando no CAR e no licenciamento de atividades na bacia do Descoberto, portanto, fiscalização, licenciamento e monitoramento. A conselheira **Mônica/Fórum das ONGs** convidou o professor **Henrique Chaves/UnB**, da cadeira de manejo de bacia hidrográfica da UnB, para dar algumas contribuições ao tema. Ele agradeceu o convite e ressaltou pontos primordiais, como o que gerou a crise hídrica e as medidas que podem ser tomadas em relação ao seu enfrentamento. Tem que trabalhar pensando sim no pior cenário. Nós estamos sentindo uma grande falta de informações de caráter público a respeito do entendimento da gravidade da crise hídrica, pois são informações públicas e não sigilosas. O que tem contribuído para o agravamento da crise é justamente a falta de transparência das informações e a também a falta da participação efetiva da sociedade civil no processo de boa gestão dos recursos hídricos. Entre outras causas da crise hídrica está o crescimento explosivo da demanda sem o adequado aumento da oferta. O consumo e as perdas são excessivos e o reuso de água é incipiente. A seca histórica, aparentemente, não é estacionária. A cogestão com a sociedade é fundamental. Como mitigação, sugerimos três linhas básicas: precaução, transparência e equidade. Em termos de medidas de precaução, nós temos que revisar a oferta de água no Distrito Federal, urgentemente. A automação do sistema de abastecimento de água pode gerar uma economia significativa. A atualização do PGAI e dos planos de bacias, considerando o cenário atual e os

cenários futuros. Temos ainda irrigação de jardins e lava-jatos de carros, que são usos não prioritários. A gestão dos recursos hídricos de acordo com a lei é compartilhada. A transparência é um dever do estado. Com o compartilhamento de todos os dados hidrológicos do DF, pluviométricos e fluviométricos, inclusive os operativos, com as vazões e os volumes dos reservatórios. O sacrifício devido ao racionamento tem que ser mais equânime. O conselheiro **Maurício Ludovice/SEAGRI** afirmou que a precaução nunca é demais, tanto que desde 2015 foram feitos investimentos e por conta da CAESB, a transparência é total. É importante dizer que estamos conversando com a SABESP e chegamos a discutir sobre a captação da água do Paranoá. Fazemos tudo com equidade, ela é fundamental. Dentro do Descoberto, todo mundo passa por racionamento, independente da faixa de renda. É difícil baixar as perdas na rede. O Banco Mundial reconhece como normal as perdas em torno de 20%. Dos 35% das perdas, 14% é furto. O **presidente ANDRÉ** passou a palavra para a senhora **Marta Eliana/MPDFT**, que disse que a participação social é muito importante e convidou a todos para uma audiência pública sobre a crise hídrica no DF, no Ministério Público dia 14 de março. O Alto Descoberto está sobre ataque da grilagem de terras. Tem que se ter muito cuidado com a questão dos produtores rurais do Descoberto. Cortar a água dos produtores pode incrementar a grilagem de terras e nós estamos trabalhando já há algum tempo com eles, inclusive na questão da produção de água. O conselheiro **Luiz Mourão/Fórum ONGs** questionou o quê este conselho tem feito, afinal, a respeito das discussões sobre a crise hídrica. Temos que discutir a crise hídrica e não somente esta propaganda do governo, este modelo tem que ser aperfeiçoado. Eu quero começar a falar daquilo que não fizemos até agora e eu acho importante que seja dito. O quê se está planejando para o Distrito Federal até 2050? Nós temos um processo de mudança climática, o padrão de chuva de antes mudou. Disse que além do curto prazo, tem que se trabalhar em longo prazo também. Como se deve atuar a partir de agora nos novos licenciamentos de uso e ocupação do solo? Tem que se trabalhar de maneira estratégica. O Governo Federal tem que participar dessa discussão. Aqui é a Capital do país. A Conselheira **Regina Fittipaldi/Fórum ONGs** colocou uma questão junto ao conselheiro Ludovice: disse que gostaria de saber como está o diálogo com o entorno do ponto de vista da gestão dessa problemática. Tem que se considerar a complexidade do sistema. A mudança no clima será demorada e é por isso que tem que se pensar sistemicamente. Brasília está localizada no “Berço das Águas” e é porque aqui tem o Cerrado. A sociedade de Brasília tem que firmar um novo pacto ético pela cidadania, considerando o cenário atual e futuro. O **presidente ANDRÉ** ressaltou que há investimentos na recuperação do cerrado, o Programa “Recupera Cerrado”, sobretudo nas nascentes e matas ciliares, com ênfase na bacia do Descoberto. Poderemos ter o maior programa de restauro de nascentes e matas ciliares do Brasil. O plano é iniciar os plantios em novembro. A ideia é restaurar a nossa infraestrutura ecossistêmica. O **presidente ANDRÉ** disse que precisamos, de fato, de uma manifestação mais clara e frontal em relação à situação atual. Afirmou que reunirá uma série de recomendações, encaminhamentos, sugestões, sobretudo das últimas quatro reuniões deste conselho. Disse que iria redigir uma minuta e convidar todos os conselheiros para uma reunião na qual será aprovado o documento minimamente acordado, pedindo encaminhamentos. Lembrou que na reunião de novembro fora aprovada uma câmara técnica para trabalhar as questões de informação, de acesso dos dados e sistemas que podem dar transparência de informações à sociedade. O Conselheiro **Jorge Enoch/EMBRAPA** disse que em janeiro houve uma reunião conjunta com 3 comitês de bacias com a Adasa e a Seagri. Foram apresentados planos em relação ao que vem sendo feito. Será feita uma ação de comunicação com a sociedade, com base técnica. Está sendo feito um censo dos agricultores irrigantes da bacia do Descoberto, principalmente pela Emater. Precisa de certa celeridade na elaboração do Plano de Bacia do Paranoá. Já começou a cobrança na Bacia do Paranaíba em que 60% dos recursos serão investidos no DF. Precisa de projetos para submeter ao Comitê de Bacia do Paranaíba. Precisa de um pacto nacional

para tratar da questão do DF, tem que ultrapassar a área geográfica da RIDE. Tem que se observar também o possível e provável aumento do lançamento de esgotos com o aumento da população, nossos corpos hídricos são de pequenas vazões. O Conselheiro **Maurício/ICMBio** disse que em relação à fiscalização integrada que se está montando tem que ter outros órgãos e que isso inclusive seja formalizado, tais como a SPU, Terracap e Caesb. Tem que se ter um controle da cadeia produtiva de exportação da água. Proponho a realização de uma oficina para talvez, no âmbito do CRH, discutir isso. Não existe um regramento, sabe-se em parte as empresas que fazem os poços e transportam as águas. Tem que aprimorar normativamente, como tática de médio prazo. Deve-se impedir a construção de muros em áreas rurais. É prejudicial à fauna e à flora. A solução também passa pela normatização. Tem que ver a questão da ocupação no Lago Oeste. Tem havido uma superexploração de águas subterrâneas, prejudicando os produtores rurais mais pobres, que não conseguem fazer poços mais profundos. Tem que normatizar também. O Plano de Ocupação do Lago Oeste não tem nada sobre recursos hídricos. O processo de licenciamento está no IBRAM. O CAR é um instrumento muito importante de gestão territorial. Está na hora dos Condemas voltarem a funcionar. São estas as proposições. O **presidente ANDRÉ** disse que em relação ao CAR, a Sema aprovou no Funam, no ano passado, um investimento de um milhão e trezentos mil reais e celebramos um convênio com a SEAGRI e EMATER, que já está em curso. Saímos de 1500 cadastros em 2015 para 8000 em 2016 e a meta é chegar em 15000 até o fim do ano. Em relação às Condemas está nas mãos das administrações regionais. É importante que a sociedade civil se organize para que as Condemas voltem a funcionar. A conselheira **Mônica/Fórum das ONGs** disse que temos que considerar metas de curto, médio e longo prazo, na questão da crise hídrica. Considerando o princípio da Precaução e o Princípio da Prevenção, portanto, questionou se não devia rever os limites estabelecidos pela Adasa? Temos que adotar uma nova economia da água. O conselheiro **Ludovice/CAESB** disse que o diálogo com o entorno está muito bom, se tem diálogo com a Saneago e com a Secima. A Caesb não tem equipe de fiscalização, não tem mais o poder de polícia. O rodízio causa estresse nos ativos da Caesb. A equidade tem que ser dentro de cada bacia. São Paulo ficou 5 dias sem água em seu racionamento. O senhor **Robsom/ICMBio** disse que uma das obras que a Caesb tem considerado neste ambiente de emergência é a obra de interligação dos dois reservatórios Torto/Santa Maria e o Descoberto. Se interligados, isso seria um bom argumento para se ter racionamento aqui também no sistema Santa Maria. Gostaria de saber se o GDF tem prevista alguma compensação para os agricultores, considerando a diminuição da área irrigada? O senhor Argileu disse que é claro que está se pensando em um plano. O pior cenário é acabar a água. Está na hora de se ter uma reunião conjunta entre o conselho do DF e o do Goiás. O agricultor trabalha com a outorga que possui, assim dimensiona seus sistemas de irrigação. Os produtores já estão sofrendo. Precisa-se de Inteligência em hidrologia. O conselheiro **José Guilherme/SEAGRI** disse que tem uma medida proposta para compensação para os agricultores. Mas acha que isso deve ser adotado em último caso. Já se teve casos em que agricultores tiveram diminuição da irrigação e eles não tiveram compensação. Já tivemos perdas. Temos que melhorar o manejo de irrigação. Temos que incentivar o reuso. O CRH tem que fazer uma manifestação qualificada, principalmente direcionada à imprensa. O conselheiro **Maurício/CAESB** disse que as águas das obras emergenciais do lago Paranoá iria para o Descoberto, só que o desnível é de 200 metros. O Bananal vai ajudar no reservatório de Santa Maria. O Senhor **Diógenes da Adasa** justificou a ausência do presidente da Adasa, o senhor Paulo Salles. Disse que só 10% dos brasileiros que passaram a crise da energia, mantiveram hábitos de economia. A Adasa tem dificuldades em receber dados de satélite sobre o clima. A questão da informação é muito importante. Não havendo mais considerações, o **Presidente ANDRÉ** disse que acolheu a proposta de se fazer uma reunião com as entidades do estado de Goiás. Acolheu a sugestão do conselheiro Guilherme de se fazer uma manifestação mais clara e frontal em relação à situação atual.

Disse que iria fazer um levantamento de tudo que foi proposto nas últimas 4 reuniões e que iria chamar alguns conselheiros para trabalhar esta lista e trazer para o CRH fazer uma carta aberta. Em novembro foi aprovada uma Câmara Técnica para tratar dos dados. A Adasa é responsável para formatar esta proposta da citada Câmara Técnica. Quero agradecer a todos pelas contribuições e encerrou a reunião. André Lima/Presidente.